



XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB)
ISSN 2177-3688

GT 10 – Informação e Memória
Comunicação Oral

MEMÓRIA SOCIAL E O FENÔMENO INFORMACIONAL ARQUIVÍSTICO¹

SOCIAL MEMORY AND THE PHENOMENON OF ARCHIVAL INFORMATION

Eliezer Pires da Silva, UNIRIO
eliezerpires@gmail.com

Evelyn Goyannes Dill Orrico, UNIRIO
orrico.evelyn@gmail.com

Resumo: Esta comunicação discute as relações entre informação e memória, na perspectiva das interseções que envolvem o campo da Memória Social e o fenômeno arquivístico. Como objeto da análise, parte-se dos argumentos da Arquivologia sobre a participação do arquivo nas construções de memórias em sua dimensão coletiva ou social. O caminho metodológico foi a construção da análise acionando estudos recentes na área arquivística, portanto se beneficia de elementos de revisão de literatura para efeitos argumentativos. O escopo da investigação foi o reconhecimento da dinâmica da memória social associada ao fenômeno informacional arquivístico, como um empreendimento epistemológico da Arquivologia, mas ilustrando a caracterização da construção de memórias pelo trabalho de descrição arquivística e a observação da dispersão de memórias nos arquivos pessoais custodiados de modo fragmentado. O estudo permite um olhar crítico sobre o fazer arquivístico na sua relação com a evocação do passado na realidade social, bem como sobre as construções teórico-conceituais que informam a dimensão técnica do trabalho do arquivista. Conclui-se que essa temática vem crescendo na literatura brasileira e revela uma problemática na vinculação entre o processamento técnico dos arquivistas e os usos sociais destes acervos que são suportes da memória de grupos e instituições.

Palavras-chave: Informação. Memória. Arquivos. Arquivologia

Abstract: This paper discusses the associations between information and memory, through intersections involving the field of Social Memory and the archival phenomenon. The theme of the analysis stems from Archival Science arguments about the involvement of the archive on the formation of memories in its collective or social dimension. The methodology was to build the

¹ O conteúdo textual deste artigo, os nomes e e-mails foram extraídos dos metadados informados e são de total responsabilidade dos autores do trabalho.

analysis using recent studies in the archival field. As such, it benefits from elements of literature reviews as supporting arguments. The scope of the investigation was to recognize the social memory dynamic associated with the phenomenon of archival information as an epistemological enterprise, while illustrating the characteristic construction of memories through the work of archival description and the observation of memories dispersed in personal archives stored in a fragmented fashion. This study enables a critical look over the archival process in its association with the retrieval of the past within the social reality, as well as over theoretical-conceptual constructs that inform the technical dimension of the archivist's work. It can be concluded that this subject is growing in the Brazilian literature revealing a gap between the archival process technique and the social usage of these archives, which support the memory of groups and institutions.

Keywords: Information. Memory. Archives. Archival Science.

1 INTRODUÇÃO

Esta comunicação apresenta os resultados da pesquisa desenvolvida com o objetivo de refletir sobre as relações entre o campo da Memória Social e o fenômeno informacional arquivístico, problematizando a lógica da construção de memórias pelo trabalho de descrição arquivística, em especial, nos casos de dispersão de memórias nos arquivos pessoais custodiados por instituições de preservação do patrimônio cultural.

Dois pressupostos gerais nortearam a execução desta pesquisa: o fenômeno informacional arquivístico não se restringe a si mesmo, mas ele se potencializa com a circulação e uso dessa informação mediante instrumentos que favoreçam sua significação para construção de memórias por parte dos grupos sociais; os arquivos precisam ser instituições mais populares do que são para que mais pessoas possam se beneficiar desse recurso de conhecimento sobre o passado.

Ao considerarmos a construção dos instrumentos de favorecimento à significação da informação que indexam os documentos de arquivo custodiados entendemos sua relação com o campo da Memória Social, tendo em vista que tais instrumentos podem colocar em evidência ou fazer desaparecer alguns desses documentos de arquivo custodiados. As instituições arquivísticas têm a função social de garantir acesso aos documentos de sua custódia por meio de instrumentos que representam o conteúdo desses registros, efetivando a transferência de informação nos arquivos como um processo que vai do armazenamento do documento até a divulgação de seus conteúdos, considerando os instrumentos de pesquisa como mediadores dessa finalidade que impacta sobre a construção de memórias na perspectiva social.

A articulação entre os campos da memória e do arquivo tem sido abordada na Arquivologia, às vezes timidamente, com ênfase na memória das instituições. Maria Teresa

Navarro de Britto Mattos, em 2004, apresentou sua tese de doutorado em Educação, na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, contemplando a temática da memória por meio de um estudo arquivístico sobre sua relevância para a gestão universitária. Assim, voltou-se especificamente para a memória da instituição universitária, assumindo que memória é um fenômeno informacional, mas considera que tal fenômeno seja ainda o “[...] silêncio de um conhecimento sobre as universidades que as próprias universidades ainda não conseguiram recuperar, nem esquecer” (MATTOS, 2004, p. 18). Esse problema pode se dar também com arquivos pessoais quando são destinados a alguma instituição.

Nessa direção, reafirmamos os pressupostos de Mattos (2004): (i) a memória institucional precisa ter sua importância formalmente reconhecida; (ii) essa relevância deve ser assegurada por uma política arquivística; (iii) há necessidade de garantir que os acervos sejam fonte de prova documental; (iv) os requisitos de qualidade arquivística são imprescindíveis na construção de ferramentas de comunicação nas organizações; e, (v) falta reverter a defasagem entre o prestígio atribuído à memória institucional e as medidas concretas sobre esse reconhecimento.

No fenômeno informacional arquivístico, há o quadro em que o documento é a unidade da memória institucional na sua materialidade. Dessa forma, a memória institucional é entendida como “[...] história das realizações práticas do que foi instituído [e] surge a partir da formalização de tudo o que foi instituído” (MATTOS, 2004, p. 67).

No ambiente institucional as tensões existentes nestes contextos organizacionais de atividades administrativas, onde a gestão da memória arquivística deve disponibilizar os documentos como prova e evidência das atividades da instituição, a formação do arquivo, como acervo, bem como o serviço que o representa, configuram um jogo de reprodução de memória na ordem da cultura que é capaz de transmitir e manter o funcionamento burocrático das organizações. Ao apontar para o arquivo como memória institucional, na qualidade de bem cultural, reconhecem-se os acervos, quando controlados por critérios arquivísticos, como recurso de memória institucional.

2 MEMÓRIA E ARQUIVO

Na perspectiva de Luciana Duranti (1994), no final do século XX, na área da Arquivologia, ganhou fôlego a reflexão sobre o registro documental como “remédio para a lembrança” coletiva, sob a responsabilidade do arquivista. Para Jardim (1995, p. 5) “a noção de arquivo permanente traz em seu bojo a perspectiva de que expressa um tipo de memória materializada. Como tal, esta memória confunde-se com o próprio arquivo a ser preservado”.

Em sua tese de doutorado, Oliveira (2010) aproxima o tema da memória à Arquivologia no sentido de que as memórias do indivíduo, da família, da organização e da comunidade estão em constante interação e “a questão da memória parece estar sempre subentendida, implícita na própria razão de ser dos arquivos e, por que não, dos próprios arquivistas” (OLIVEIRA, 2010, p. 47).

Com base em Orrico e Silva (2014), a problematização sobre os discursos da área de Arquivologia em relação aos usos dos arquivos nas construções de memórias impõe, inicialmente, refletir sobre o suporte da memória coletiva na forma de objetos mantidos fora do circuito das atividades originárias e sujeitos a uma proteção especial. Ao considerar que o fenômeno arquivístico refere-se à burocratização das relações sociais admitindo uma lógica da comunicação mediada pelo ato de documentar, os lugares de memória significariam meios oficiais e institucionais de pertencimento para além do enfraquecimento dos meios afetivos e sentimentais da lembrança. Assim, um acervo arquivístico, aparentemente só material, é lugar de memória na medida em que se reconhece investido também de forte dimensão simbólica.

O fenômeno informacional arquivístico apresenta profundas relações com a evocação do passado dentro da esfera de proliferação de memórias e de identidades reivindicadas por grupos. No Brasil, conforme demonstrado por Orrico e Silva (2011), o direito de acessar acervos arquivísticos alimenta construções de memórias na perspectiva social, envolvendo a competência das instituições arquivísticas para determinar o que possa por em risco a intimidade, a honra, a imagem e a vida privada das pessoas referidas nos documentos oficiais sob sua guarda.

A memória que se inventa em nossos arquivos públicos não parece transcender a escassa dimensão política desses equipamentos públicos de restritas possibilidades de uso social. A invenção da memória nos arquivos públicos brasileiros tampouco parece encontrar sua referência na racionalidade técnica dos princípios teóricos da avaliação e seleção de documentos consagrados internacionalmente. A reduzida literatura sobre o tema no Brasil evidencia esta situação, bem como as lacunas teóricas com que se opera o conceito/noção de memória entre os arquivos públicos. (JARDIM, 1995, p. 8)

Mas não só na evocação do passado. As perspectivas na área arquivística atualmente já ultrapassaram essa visão tradicional, que compreendia o arquivo como arsenal de documentos com capacidade de reconstituir o passado, para acolher o horizonte dos investimentos intelectuais emergentes que enfatizam novos sentidos, metafóricos e literais, para a interpretação das estruturas sociais a partir do arquivo.

No âmbito desta pesquisa adotamos uma caracterização da ideia de arquivo como construções sociais, que implica complexas relações capazes de manifestar valores e padrões

de comportamentos.

[...]artefatos produzidos ao longo de uma série de investimentos de naturezas distintas, resultantes da ação da entidade produtora de arquivo, mas também de seus organizadores e custodiadores que, muito antes do trabalho seletivo empreendido pelo historiador, realizam, eles também, e em diferentes tempos e circunstâncias, suas próprias seleções, classificações e monumentalizações. (HEYMANN, 2009, p. 29)

Neste ponto da compreensão das relações entre o campo da memória na perspectiva social e o fenômeno informacional arquivístico, Ricoeur (2007) nos auxilia ao dividir a operação historiográfica em três fases: documental, de explicação e de representação. A fase documental revelaria uma apropriação da memória pela história e essa operação seria mediada pelo testemunho como possibilidade da memória declarada passar pelos arquivos e pelos documentos e terminar na prova documental.

Na argumentação de Ricoeur (2007) o testemunho é uma noção que compartilhamos o saber, pelo outro, sobre o que ocorreu e entre seus usos estariam o jurídico e o histórico. Os componentes essenciais do testemunho são: a) realidade do relato pela experiência de seu autor; b) situação dialogal em que o testemunho é recebido pelo outro; c) espaço para a suspeita e a controvérsia; d) necessidade de se manter o mesmo para ser confiável. O testemunho seria uma instituição constitutiva dos vínculos sociais que precisa ser estável, por isso, sua passagem ao arquivo como lugar social onde o testemunho se inscreve com estabilidade.

A operação historiográfica inaugurada a partir do século XIX, em sua fase documental, representaria uma aposta no arquivo como lugar do testemunho inscrito e preservado. “A mudança do estatuto do testemunho falado ao de arquivo constitui a primeira mutação historiadora da memória viva”. (RICOEUR, 2007, p. 179)

O testemunho no arquivo, diferente daquele de que se utiliza no oral, está na condição documental, e, quando é convocado pelo historiador, torna-se prestador de socorro diante das hipóteses desse profissional. Na prova documental, o historiador lança mão de um testemunho morto e é para esse testemunho morto que formula suas perguntas. Na verdade, o historiador o faz aos rastros deixados por aquele que produziu os documentos, agora custodiados institucionalmente, e que foram encontrados pelo historiador, assim, instituindo no presente o documento. Para Ricoeur a história nos ensinou a desacreditar no outro de maneira profunda, abrindo uma crise para conhecer os fatos. É um modo de contribuição bruta para os trabalhos de rememoração e luto sobre o que aconteceu, com base no fenômeno arquivístico. Na epistemologia da memória de Paul Ricoeur (2007), os usos que se pode fazer dos arquivos

configuram um permanente trabalho de lembrança em que se negociam, em condições presentes, os sentidos dessa anterioridade dos acontecimentos instituidores.

Conforme indicado por Rodrigues (2011), Paul Ricoeur observou que há uma polaridade entre o esquecimento por apagamento dos rastros e o esquecimento de reserva, mas que a finalidade dos arquivos é deter essa ameaça de “apagamento”, instituindo a marca material do vivido, do sofrido, do testemunhado. E o arquivo se apresenta no uso da linguagem como discurso, portanto, ao mesmo tempo, produtor e suporte de significados.

3 A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS PELA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

Jimerson (2008) caracteriza os usos dos arquivos na dinâmica das construções de memória, propondo três imagens para o trabalho do arquivista: **templo**, em razão da autoridade nas decisões vitais sobre quais documentos serão salvos para as gerações futuras; **prisão**, exercendo o poder de controle sobre o significado dos documentos arquivísticos e das identidades de seus criadores; e, **restaurante**, na medida em que há o poder de mediação que separa o leitor do acesso direto ao documento por intermédio dos instrumentos de pesquisa.

O foco dos arquivistas no lado técnico de seus afazeres, por vezes, obscurece suas responsabilidades sociais e culturais. A ênfase demasiada em sistemas de gestão de documentos, accountability e provas — todas cruciais para arquivos institucionais — poderia levar à negligência e desvalorização do nosso papel de preservar o patrimônio, a cultura e a memória social.(JIMERSON, 2008, p. 38)

Na Arquivologia a noção de processamento técnico dos acervos arquivísticos envolve **tanto o arranjo quanto a descrição dos arquivos. A organização dos acervos arquivísticos e a criação de instrumentos que permitam a recuperação de informação**, a partir desses acervos, representam uma das atividades específicas da Arquivologia.

O significado do Princípio da Proveniência distingue os acervos arquivísticos de outros contextos informacionais como, por exemplo, das peças museológicas e das obras biblioteconômicas. Para a Arquivologia, esse Princípio asseguraria a preservação do contexto de produção dos documentos de arquivo. O trabalho de arranjo realizado pelo arquivista é orientado, fundamentalmente, pelo Princípio da Proveniência. Em relação à descrição arquivística, trata-se de uma atividade técnica do arquivista que se define pelo objetivo de registrar essas informações sobre a proveniência dos acervos arquivísticos e elaborar uma representação do objeto a ser descrito.

Assim, a descrição arquivística tem a pretensão de ser uma representação consistente dos documentos arquivísticos, e demanda do profissional competências linguísticas, além de conhecimento histórico e compreensão das construções conceituais envolvidas nesse trabalho arquivístico.

Conforme análise sobre o tema que foi construída por Ribeiro (2015), o conhecimento do contexto de produção dos documentos, da história do produtor, suas funções, sua estrutura, as tipologias documentais, são recursos imprescindíveis no processamento técnico dos arquivos. A finalidade do trabalho de arranjo coincide com a finalidade das entidades custodiadoras de acervos arquivísticos, que é a de possibilitar o acesso aos documentos, favorecendo os processos de construção de memórias na perspectiva social. Trata-se de uma atividade realizada para o usuário, para fins de pesquisa e a preservação da memória da instituição produtora.

Desse modo destacamos o impacto do processamento técnico, com a aplicação do Princípio da Proveniência, nas construções de memória a partir de acervos arquivísticos. O arquivo deve ser entendido como um lugar em que a memória se define em processo de construção de identidades e representações da sociedade, configurando um espaço de referência da produção do conhecimento sobre o passado, sendo elaborado pelos arquivistas. É evidente que a relação entre memória e arquivo desvela a inserção do arquivista nessa construção.

A dinâmica da construção de memória pelo trabalho de descrição arquivística foi demonstrada nos resultados de pesquisa de Ribeiro (2015) na medida em que apresenta indicadores em que mais de 67% das descrições dispostas no Portal Memórias Reveladas não possuíam informação suficiente para observar se houve a aplicação do princípio da proveniência. O banco de dados Memórias Reveladas reúne, de forma cooperativa, informações sobre acervos arquivísticos relacionados à repressão política no período 1964-1985 no Brasil, custodiado por diferentes entidades brasileiras.

Os indicadores sobre essas práticas arquivísticas no Brasil apontam para um desafio conceitual e metodológico de aperfeiçoamento ao abordar a trajetória dos acervos arquivísticos, visando sua representação a ser oferecida ao usuário.

[...] a necessidade de não perder de vista os conteúdos, contornos e percursos dos arquivos, as operações classificatórias e os instrumentos de pesquisa que dão acesso aos documentos, chamando atenção para a importância de buscar a materialidade e a historicidade desses objetos, de trazer à tona a estrutura arquivística na qual estão inseridos, mas também as operações que, nos diversos contextos pelos quais os documentos circulam, objetivaram representações sobre memória e história. (HEYMANN, 2009, p. 39)

A observação empírica das práticas de descrição arquivística no Brasil revela casos em que os campos de descrição fundamentais para compreensão do contexto em que estão inseridos os acervos também não são preenchidos.

Quadro 1: Indicadores sobre a construção de memórias pelo trabalho de descrição arquivística

<ul style="list-style-type: none">• 20% dos acervos arquivísticos indiciam que sua unidade foi descaracterizada antes do processamento técnico do acervo por intermédio do trabalho de arranjo pelo arquivista.
<ul style="list-style-type: none">• A acumulação original do produtor do acervo arquivístico foi verificada em menos de 20% dos casos;
<ul style="list-style-type: none">• Em mais de 60% dos acervos arquivísticos descritos não há informação sobre a trajetória de custódia dos documentos, omitindo supressões e incorporações que incidem em construções de memória a partir dos arquivos.

Fonte: elaboração própria, com base em Ribeiro (2015)

Com base nos levantamentos realizados por Ribeiro (2015), torna-se necessário o estabelecimento de mais campos obrigatórios na descrição dos acervos arquivísticos, considerando a pertinente necessidade de se oferecer aos usuários elementos que possibilitem a compreensão de construções de memórias envolvidas na trajetória do acervo, uma vez que sejam apresentados indicadores do contexto de gênese e custódia dos documentos, informações sobre o contexto de custódia, ampliando, desse modo, o significado dos documentos individualmente, evidenciando a sua autenticidade.

Aqui entra o segundo impacto do processamento técnico nas construções de memória a partir de acervos arquivísticos: a dispersão do próprio acervo por várias instituições de custódia. Nesse cenário de demanda pelo aperfeiçoamento na participação do trabalho arquivístico no favorecimento das possibilidades de construções de memórias, um aspecto problemático pode ser ilustrado pelo efeito de fragmentação de memórias, concretizado nas práticas de dispersão de um mesmo arquivo pessoal entre várias instituições de custódia.

4 A DISPERSÃO DE MEMÓRIAS NOS ARQUIVOS PESSOAIS

Neste tópico objetiva-se apresentar o tema da dispersão de fundos de arquivos, considerando a fragmentação dos arquivos pessoais no contexto brasileiro como um dado empírico que ilustra a dinâmica social de construção de memórias a partir desses acervos. Esse horizonte de análise está em sintonia com o esforço de pesquisa realizado por Mariana

Tavares de Melo (2014), sob o título “Arquivos pessoais fragmentados: acervos divididos por diferentes instituições”, percebendo esse fenômeno definido recentemente na literatura arquivística.

Os arquivos pessoais representam possibilidades de fonte de pesquisa para compreender a vivência social, hábitos e comportamentos de uma sociedade, em um momento específico da história. A descaracterização da unidade dos arquivos pessoais nas entidades custodiadoras de acervos arquivísticos evidencia um processo que tem efeito de fragmentação na construção de memórias com base nesses acervos.

No caso dos registros produzidos e recebidos pelas organizações, a relação do documento com o funcionamento da entidade produtora, sua razão de existir naquele contexto, é identificável, de forma quase inequívoca, quer pela análise de seu conteúdo, quer pela atenção à sua tipologia, ao uso de fórmulas padronizadas, timbres e cabeçalhos, que estabilizam o sentido do documento, permitindo interpretá-lo com bastante segurança.(MELO, 2014, p. 59-60)

Melo (2014) recorreu à revisão de literatura e concluiu que a constituição dos arquivos pessoais se diferencia dos arquivos institucionais. Os arquivos pessoais são um conjunto, conforme o cânone da Arquivologia, mas sua acumulação expressa em grande medida a individualidade do titular, e da família que herda o acervo. Desse modo, os documentos são submetidos a processos de triagem antes de serem doados a uma entidade custodiadora, sendo comum existirem arquivos pessoais fragmentados entre instituições de preservação.

A descaracterização da unidade dos arquivos pessoais com efeito de fragmentação na construção de memórias, com base nesses acervos, é um indicativo da complexidade da produção dos instrumentos de pesquisa e o papel dos arquivistas nas entidades custodiadoras. Entendemos os arquivos pessoais, no âmbito desta comunicação, uma construção social relevante para evidenciar protocolos, valores e comportamentos das pessoas, materializados no acervo envolto por camadas de ações do produtor, dos arquivistas e dos “intérpretes”, em diferentes momentos de sua trajetória de preservação.

A materialidade dos arquivos pessoais se impõe ao arquivista na unidade que é o conjunto de documentos atribuído ao mesmo produtor, devendo estar atendo aos conteúdos, aos percursos dos arquivos, às operações classificatórias e aos instrumentos de pesquisa construídos para efetivar o acesso aos documentos, levando em consideração as frequentes fragmentações de arquivos pessoais custodiados por mais de uma instituição.

No quadro da pesquisa realizada por Melo (2014), os arquivos pessoais identificados se enquadram em um perfil de pessoas públicas, em que a documentação abrange, em

especial, o exercício de cargos, atividades literárias e acadêmicas, ainda que sem as fórmulas padronizadas das tipologias documentais, mas revelando um processo de acumulação de documentos empreendido individual e coletivamente. Isso problematiza as associações absolutas entre arquivo pessoal e personalidade individual. De modo geral, ilumina-se a pertinência de esforços que desvelem os processos particulares de constituição de cada fundo de arquivo pessoal.

As situações mais frequentes de dispersão de fundos de arquivos institucionais são decorrentes de sequestro e conflito de documentos em caso de guerra ou conflitos armados entre países; separação territoriais com posse indevida de documentos; e, determinações superiores de caráter político envolvendo interesses de momento contrários ao direito ou à tradição histórica. Essa é a perspectiva canônica de abordagem do tema na literatura da Arquivologia. No entanto, no caso dos arquivos pessoais, a dispersão decorre de preferências do produtor e de familiares que herdaram a documentação, além das políticas de aquisição praticadas pelas entidades custodiadoras de acervos arquivísticos no Brasil.

A dispersão de fundos de arquivos pessoais talvez não possa ser evitada de todo. Além das questões de política de arquivos, e das próprias questões institucionais, a existência da dispersão de fundos está relacionada às escolhas da família que doa, ou do doador, assim como, pode ser a expressão da própria “fragmentação” da vida do titular. Isto é, múltiplas funções sociais, profissionais, diversos casamentos (MELO, 2014). No momento do falecimento do titular, e do recolhimento de sua documentação, parte pode ser entregue a uma instituição, parte pode nunca ser entregue, e parte pode ser doada para outra instituição.

Melo (2014) analisou as descrições dos acervos arquivísticos no Sistema de Informação do Arquivo Nacional – essa que foi a amostra escolhida para ilustrar o cenário brasileiro – e observou que há ausência de informações nos campos de descrição que revelariam a existência de parte do fundo em outra instituição. Quer dizer: não só a dispersão se faz de fato, como se perde o registro de destinação de parte do acervo. Assim, foi possível constatar que a dispersão de fundos de arquivos pessoais no Brasil envolve, em parte, a ocultação desse fenômeno por parte das instituições arquivísticas.

Essa dimensão do problema demanda ser elucidada também com a compreensão sobre como a perspectiva da Memória Social aparece na formação dos profissionais de arquivo no Brasil.

As relações entre os usos dos arquivos e a construção de memórias na dimensão social podem ser observadas por diferentes perspectivas. O fenômeno informacional arquivístico é um recurso fundamental para evocação e construções de lembranças de acontecimentos

passados no presente. Neste ponto da análise aqui empreendida, torna-se relevante levar em consideração a dinâmica em que as relações entre arquivo e memória se manifestam na formação dos arquivistas no Brasil.

Do ponto de vista metodológico uma alternativa para realização desse mapeamento foi a demonstração de indicadores a partir da verificação dos currículos dos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil. Soares (2015), ao identificar os componentes curriculares de dezesseis cursos no Brasil, percebeu 80% de casos em que as relações entre arquivo e memória estavam indiciadas no título das disciplinas. É importante destacar que 70% são disciplinas obrigatórias.

Sobre os responsáveis pelas disciplinas que contemplam as relações entre memória e arquivo nos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil podemos depreender que confirmam um território interdisciplinar na medida em que apresentam um universo diversificado de formação dos professores, envolvendo História, Ciências Sociais, Museologia, Biblioteconomia, Memória Social e Ciência da Informação.

Soares (2015) demonstrou que apenas 5% dos graduados em Arquivologia no Brasil, identificados a partir da Plataforma Lattes, reforçam a interseção entre os campos da memória e do arquivo, por exemplo, buscando qualificação no curso de Memória Social dentro da Pós-Graduação. Quer dizer, as perceptíveis relações entre arquivo e memória são consistentes, incluindo influências que exercem uma sobre a outra e, conseqüentemente, isso amplia a compreensão do fenômeno em si, ainda que não esteja sendo percebido pelos egressos da graduação em Arquivologia em seus estudos de pós-graduação.

Como a Arquivologia, a Memória Social é uma área interdisciplinar uma vez que é construída também a partir das relações sociais e precisa de outras áreas para desenvolver suas pesquisas com acionamento de teorias e recursos metodológicos advindos de outros campos. Apesar desse aspecto, ainda é relativamente pequena a procura por parte dos arquivistas na pós-graduação *stricto sensu* em Memória Social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inerente ao fenômeno informacional arquivístico a dimensão de usos para construção de memórias na perspectiva social em vários níveis: grupos, instituições, estados nacionais, etc. Essa complexa relação entre memória e arquivo talvez seja a base de uma questão importante: como os recursos arquivísticos têm sido mobilizados na dinâmica da evocação do passado nas sociedades?

Os estudos realizados por Ribeiro (2015) e Melo (2014) revelaram a experiência nacional de práticas arquivísticas em distintas regiões do país em que o mau uso do poder dos arquivos e dos documentos mostra-nos uma política em relação à preservação do patrimônio, da cultura e da memória social que tende a negligenciar e desvalorizar o papel do arquivista e da instituição arquivística.

A ausência de consciência do poder dos arquivos por parte dos arquivistas não desqualifica ou inviabiliza totalmente a construção de memórias a partir do acervo. No entanto, essa ausência tende a limitar os possíveis usos dos arquivos para além de apoiar demandas privilegiadas às custas dos direitos e interesses de cunho mais plural e difuso.

As construções de memórias na lógica social podem ser mais bem exploradas quando associadas à problematizada participação do arquivista na apresentação dos arquivos aos usuários, considerando os impactos da atuação desse profissional sobre o fenômeno informacional arquivístico. As práticas arquivísticas devem ser aperfeiçoadas por intermédio de políticas arquivísticas pactuadas com os diversos atores desse território de disputas sobre a evocação do passado.

Assim, entendemos que nossa incursão no quadro da literatura sobre as relações entre memória e arquivo confirma os pressupostos de que o uso dessa informação mediante instrumentos de pesquisa favorece a construção de memórias por parte dos grupos sociais e os arquivos precisam ser instituições mais populares para beneficiar mais pessoas com esse recurso de conhecimento sobre o passado.

Os argumentos mobilizados nesta análise buscaram aproximar o campo da Memória Social à Arquivologia com ênfase nos efeitos tanto do trabalho de descrição arquivística quanto da dispersão dos arquivos pessoais como fator impactante nessa aproximação entre memória e arquivo.

A problematização do trabalho de descrição arquivística acrescenta elementos para a compreensão da função dos arquivos para o fenômeno social de evocação do passado e pode favorecer usos mais qualificados com maior visibilidade desse recurso para o trabalho de lembrança dos grupos e das instituições.

A dispersão dos arquivos pessoais com efeito de fragmentação na construção de memórias a partir desses acervos requer a produção de instrumentos de pesquisa coadunados com políticas e ações que ampliem a divulgação dos acervos arquivísticos para um público amplo que comumente não visitaria os arquivos. A função do arquivo para a construção da memória social é um aspecto que torna desejável a busca por atingir um público cada vez maior para os arquivos.

REFERÊNCIAS

- DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 49-64.
- HEYMANN, Luciana Quillet. **De arquivo pessoal a patrimônio nacional**: reflexões sobre a construção social do "legado" de Darcy Ribeiro. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia)– IUPERJ, Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, 1995.
- JIMERSON, Randall C. Arquivos para todos: A importância dos arquivos na sociedade. **Revista Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, jul./dez. 2008, p.27-44.
- MATTOS, Maria Teresa Navarro de Britto. **Memória institucional e gestão universitária no Brasil**: o caso da Universidade Federal da Bahia. 2004. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
- MELO, Mariana Tavares. **Arquivos Pessoais Fragmentados**: acervos divididos por diferentes instituições. 2014. Monografia (Graduação em Arquivologia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- OLIVEIRA, Eliane B. **O conceito de memória na Ciência da Informação no Brasil**: uma análise da produção científica dos programas de pós-graduação. 2010. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- ORRICO, Evelyn Goyannes Dill; SILVA, Eliezer Pires. A centralidade da memória nas sociedades ocidentais contemporâneas. In: **XII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 2011, Brasília. XII ENANCIB, 2011. p. 3144-3156.
- ORRICO, Evelyn Goyannes Dill; SILVA, Eliezer Pires. Os discursos de patrimonialização cultural dos arquivos no Brasil. In: Nadia Maria Weber Santos; Cleusa Maria Gomes Graepin. (Org.). **Patrimônio cultural e políticas públicas**. 1ed.Canoas: UNILASALLE, 2014, v. 1, p. 135-150.
- RIBEIRO, Cintia da Silva. **A descrição arquivística no Brasil**: Uma análise do Banco de Dados do Portal Memórias Reveladas. 2015. Monografia (Graduação em Arquivologia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.
- RODRIGUES, Georgete Medleg. Legislação de Acesso aos Arquivos no Brasil: Um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, no 1, p. 257-286, jan/jun 2011.
- SOARES, Iza de Souza Marcelino. **Memória Social na formação dos arquivistas no Brasil**. 2015. Monografia (Graduação em Arquivologia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.